

SUMÁRIO

1 Considerações preliminares, 1

- 1.1 Processo e procedimento, 1
- 1.2 Formalismo e técnica processual, 4
- 1.3 Ato processual e os planos de sua projeção no mundo jurídico, 6
- 1.4 A utilidade da análise do ato processual no plano da eficácia jurídica, 8

2 Ato processual, 11

- 2.1 Estágio atual da doutrina, 11
- 2.2 Ato processual: espécie de ato jurídico, 12
- 2.3 Conceito de ato processual, 16
- 2.4 Ato do processo e ato processual, 19
- 2.5 Características do ato processual, 20
- 2.6 Classificação dos atos processuais, 21
- 2.7 Forma dos atos processuais e fungibilidade, 23
- 2.8 Tempo e lugar dos atos processuais, 27
- 2.9 Preclusões, 29
- 2.10 Procedimento, flexibilização e os planos da existência – validade – eficácia, 31

3 Processo, procedimento e ato processual: o plano da existência, 37

- 3.1 Aspectos conceituais e terminológicos, 37
- 3.2 O fato jurídico em geral e o plano da existência, 39
- 3.3 A inexistência, 40
- 3.4 A existência no plano processual, 41
 - 3.4.1 A existência do processo – pressupostos processuais de existência, 41
 - 3.4.2 A existência da relação jurídica processual, 44
 - 3.4.3 A existência do procedimento, 45
 - 3.4.4 A existência do ato processual, 45

- 3.5 Teoria da aparência, 49
 - 3.5.1 Teoria da aparência e a inexistência do ato processual, 51
- 3.6 Mecanismos para reconhecimento da inexistência no processo, 52
- 3.7 O ato processual inexistente é sanável?, 55

4 Processo, procedimento e ato processual: o plano da validade, 59

- 4.1 O ato jurídico em geral e o plano da validade, 59
- 4.2 Invalidade: terminologia, 61
- 4.3 Noção de invalidade, 62
- 4.4 Invalidade é sanção?, 64
- 4.5 Graus de invalidade, 64
- 4.6 Espécies de invalidade, 65
- 4.7 A validade no plano processual: os requisitos processuais de validade, 66
 - 4.7.1 A validade do procedimento, 67
 - 4.7.2 A validade do ato processual, 70
- 4.8 Invalidade processual, 72
 - 4.8.1 Categorias de invalidades processuais, 76
 - 4.8.2 Atos do juiz e atos das partes: todos são sujeitos à invalidade?, 77
- 4.9 Invalidação do ato processual ou do procedimento, 80
- 4.10 Técnicas para sanar a atipicidade do ato processual, 82

5 Processo, procedimento e ato processual: o plano da eficácia, 85

- 5.1 Aspectos conceituais e terminológicos: eficácia, efeitos, efetividade e eficiência, 85
- 5.2 Eficácia jurídica, 87
- 5.3 Modos de eficácia jurídica, 93
- 5.4 Ineficácia, 95
- 5.5 Tipos de ineficácia, 98
- 5.6 Eficácia da norma processual: relação jurídica processual, 100
- 5.7 Eficácia do processo: efetividade processual, 100
- 5.8 Eficácia do procedimento: eficiência processual, 102
- 5.9 Eficácia do ato processual: eficácia processual *stricto sensu*, 104
 - 5.9.1 Eficácia do ato processual inexistente, 115
 - 5.9.2 Eficácia do ato processual inválido, 118
 - 5.9.3 Ato processual sujeito à condição, 120
- 5.10 Efeitos processuais, 126
 - 5.10.1 Efeitos de processo extinto sem resolução de mérito (CPC, art. 267), 127
 - 5.10.2 Classificação dos efeitos processuais, 129
 - 5.10.3 Vinculação e modulação dos efeitos de decisões judiciais, 130
- 5.11 Inefetividade, ineficiência e ineficácia processual, 134
- 5.12 Modos para o reconhecimento da ineficácia do ato processual, 138
- 5.13 Síntese da proposta de teoria geral da eficácia processual, 143

6 Eficácia e ineficácia no âmbito do processo civil, 147

- 6.1 Introdução, 147
- 6.2 Citação como fator de eficácia, 147
- 6.3 Da ineficácia da decisão proferida na ausência do litisconsorte necessário, 150
- 6.4 Da eficácia da preclusão, 152
- 6.5 Da eficácia da alienação da coisa ou do direito litigioso, 154
- 6.6 Da ineficácia do ato em fraude à execução e do ato de alienação de bem penhorado/onerado, 155
- 6.7 Da eficácia probatória, 159
- 6.8 Da eficácia do título executivo, 165
- 6.9 Da eficácia dos provimentos cautelares e antecipatórios, 167
- 6.10 A reclamação constitucional como mecanismo que garante a eficácia de decisões judiciais, 176
- 6.11 Casos de ineficácia do ato jurídico de direito material no processo civil, 179
 - 6.11.1 Ação revocatória no direito falimentar, 179
 - 6.11.2 Desconsideração da pessoa jurídica, 184
 - 6.11.3 Indisponibilidade de bens na ação de improbidade e na liquidação extrajudicial de instituições financeiras, 188

Conclusões, 193

Referências, 203